

RESENHA



Uma dura escalada

MÉSZÁROS, István. *A montanha que devemos conquistar*. 1ª. ed. São Paulo: Editora Boitempo. 2015, 192p.

Roberto Coelho do Carmo*

A obra que o filósofo húngaro István Mészáros nos apresenta neste ano de 2015 é um aquecimento à crítica do Estado e resultado expandido de algumas apresentações que realizou em sua passagem pelo Brasil em 2013. Não é por acaso que esta preocupação se agudiza na trajetória intelectual de Mészáros neste período, com o papel destacado do Estado da América Latina hoje – seja na oferta de política pública face à falência da sociedade salarial¹, seja na homologação da espoliação do capital imperialista. O livro é uma continuação do debate realizado no capítulo 13 de *Para além do capital* – capítulo este que foi republicado como apêndice desta obra e que recomenda-se como leitura prévia – e está organizado em sete capítulos.

De início o autor faz uma leitura do “processo democrático” de formação do imperialismo norte-americano. Com o sarcasmo próprio do filósofo crítico, ele nos coloca em dúvida (que, é claro, é ultrapassada nos limites deste capítulo) sobre como pode um Estado imperialista ser democrático. Com isso, o autor posiciona, em poucas linhas, a natureza perversa do Estado liberal, comprometido com a manutenção do sistema, sua incapacidade de garantir uma gestão humana, e mesmo sua capacidade de garantir uma gestão. Isto, uma vez que, como o próprio autor apresenta, no limite do crescimento do sistema capitalista de produção não existe outra forma que não seja o violento reordenamento da relação de forças existentes. Com isso o autor traz, de forma ácida, a constatação de que muitos países

* Doutorando em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professor assistente da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). *Correspondência*: Rua Cônego Marcial Muzzi, 20, apto. 5, Dom Oscar de Oliveira, Mariana (MG). CEP 35420-000. *E-mail*: <robertocoelho.as@gmail.com>.

¹ Ver: ILO. *World employment social outlook 2015: the changing nature of jobs*. Geneva: International Labor Office, 2015.

da Europa encolheram, tornando-se “parceiros júniores do imperialismo americano” (p. 33).

Esta natureza violenta do Estado, descrita em princípio na obra, não poderia chamar outro debate que não o fenecimento desta instituição capitalista. Sobre este tema polêmico, largamente debatido e de posições por vezes paralisantes da prática política, Mészáros deixa com clareza sua posição. Apresentando a trajetória de Marx sobre o tema, o húngaro afirma que, dada esta característica violenta, o futuro não apenas deve ser, mas só pode ser o do fenecimento do Estado. Entretanto, “imaginar a abolição do Estado, por qualquer forma de conspiração ou mesmo por algum decreto de base jurídica mais ampla, só poderia ser uma quimera voluntarista” (p. 37).

Mészáros vale-se do Programa de Gotha e da crítica de Marx a este programa para afirmar que pensar o fenecimento do Estado, sob as condições materiais postas à época de sua escrita, era no mínimo ingênuo. O Estado reinventou-se a longo de todas as crises de forma violenta, como já mencionado, mas com absoluto sucesso. Encerrando este segundo capítulo, o autor afirma a necessidade do debate contemporâneo sobre o Estado, cuja conjuntura apresenta substanciais mudanças ao tempo de Marx, com Estados internacionais fortalecidos em um cenário imperialista.

O esforço de leitura avança sobre os limites do poder do Estado, em que, já no título do capítulo, o autor aponta como ilusória a existência de um limite. Para chegar a esta afirmação, o autor passa por um diálogo com o italiano Norberto Bobbio, balizado pela pergunta: “Existe uma teoria marxista do Estado?” (p. 43). Na leitura de Mészáros, o italiano responderá com um enfático não à pergunta proposta e, mesmo em discordância a algumas posições de Bobbio, Mészáros tende a concordar com o caminho proposto por ele: existe uma crítica contundente de Marx à concepção hegeliana de Estado.

O que deve ser considerado de mais importante nesta crítica é o valor dado à teoria materialista da história, à superior capacidade interpretativa da dialética marxista, sobre a dialética da natureza. Com isso, o debate se transverte providencialmente da dúvida sobre o Estado para a dúvida sobre a história. Afirma o húngaro que, “sem uma explicação *histórica/genérica* e um prognóstico do passado, presente e futuro, não pode haver *nenhuma teoria validamente sustentável* do Estado, de fato, de qualquer Estado” (p. 46 – grifo no original). Neste cenário, o que há seria apenas uma explicação do funcionamento do quadro legal do Estado.

O filósofo encerra seu diálogo com Bobbio pondo um problema. Existe uma problemática identificação entre Estado e lei que subsume a identificação do Estado democrático capitalista à lei e ao direito, obscurecendo uma destrutiva (e estratégica) ilegalidade na gestão das crises capitalistas, visível na gestão do imperialismo americano dos anos George W. Bush em ações militares no Afeganistão e Iraque. Essa “providencial”

confusão seria a “Afirmação da lei do mais forte”, título do capítulo que segue. No ponto alto desta obra, e contrariando o pensamento liberal, o húngaro expõe que “A verdade subjacente mais profunda [...] é que o direito e a base do poder porque o poder é que estabelece o direito” (p. 49). O filósofo está seguro de que esta afirmativa terá valor enquanto o Estado existir sob qualquer forma. Com isso, o autor pode sustentar uma relação genética entre a ilegalidade do Estado e a lei do mais forte.

Um bom exemplo tratado pelo autor refere-se ao comportamento do governo inglês frente à greve dos mineiros de 1984, quando o Governo Thatcher ordenou intervenção policial ilegal e violenta em defesa do “governo democrático”. Por que não dizer, a caráter de exemplo, os fenômenos espúrios envolvendo a tramitação da PEC 171/93 na Câmara dos Deputados no Brasil, versando sobre a diminuição da maioria penal? A causa da violência não teria, para o húngaro, um fim no Estado, mas na manutenção de todo o metabolismo social da ordem societária estabelecida.

É nestes termos que o capítulo quinto se inicia: as teorias articulam interesses ideologicamente motivados pela ordem dominante e se enraizariam por força da inércia social. Uma teoria utilitarista que teria como pano de fundo a *Theodicaea* hegeliana, o Estado enquanto perfeita encarnação do Espírito. O pensamento utilitarista/liberal atomizaria a política individualizando as questões, confundindo determinações individuais e de classe. Nesta perspectiva, o “negócio do governo” seria “a produção da ‘felicidade da sociedade’” pela punição ou recompensa dos indivíduos por meio da “materialidade da dor e do prazer” (p. 69).

Para o filósofo, este pensamento é um engodo, pois os antagonismos de classe que determinam a produção da materialidade real estão ocultos deste processo. Em seu diálogo com o utilitarismo/liberal, o filósofo húngaro resgata um trecho de *An introduction to the principles of morality and legislation*, de Jeremy Bentham, que diz: “Isso é passível de alguma prova? Parece que não: pois não se pode provar aquilo que é usado para provar a tudo o mais: uma cadeia de provas deve ter seu início em algum lugar. Dar essa prova é tão impossível quanto é desnecessário” (*apud* MÉSZÁROS, 2015, p. 70). Exatamente por não explicar este ocultamento, a passagem sustenta a crítica posta por Mészáros, que afirma ser discutível para estes autores (liberais) apenas o campo da técnica, da operacionalidade, mas nunca os fundamentos materiais e ideológicos desse Estado como expressão do Espírito. Para o autor, o caminho é uma transformação radical do sociometabolismo burguês.

Objetivando um debate para além do operacional sobre o Estado, mas também considerando-o, Mészáros elege Hegel como seu interlocutor para o capítulo sexto, ilustrando com um canto do cisne não intencional – mas fatal, como devera ser – os caminhos possíveis para o Estado. A temática em foco neste debate orbita sobre a impossibilidade de emancipar o trabalho sob a ordem burguesa pois, para Hegel, a exploração de classe em si deveria

ser relegada sempre ao passado histórico. “A concepção da sociedade sem classes como a real condição da emancipação humana abrangente é totalmente incompatível com a existência do Estado – de qualquer Estado – como órgão independente da tomada de decisão política global no processo de reprodução social” (p. 76). Hegel admitiria os antagonismos sociais, mas a solução para este pensador seria o fim da história; é o canto do cisne não intencional.

A crítica do húngaro incide sobre o fato de que, na *Theodicaea* hegeliana, o fenecimento do Estado coincidiria assim com o fenecimento da humanidade. Crescer continua sendo uma necessidade do capital, necessidade que realimenta contradições próprias deste sistema. Neste sentido, o filósofo nos coloca a dúvida se caminhamos junto ao Estado e fenecemos com ele, ou se seremos capazes de abandoná-lo, relegá-lo ao passado, antes de seu fenecimento.

No capítulo final o autor trata o fenecimento do Estado como uma preocupante tendência em curso. Preocupante, pois esse fenecimento estaria atrelado ao fenecimento da humanidade. Trata-se de um grande apanhado de todo o conteúdo anterior e do capítulo 13 de *Para além do capital* – como já afirmamos, republicado como apêndice de *A montanha que devemos conquistar*, juntamente com entrevista concedida pelo filósofo ao jornal *Folha de São Paulo*. Mészáros retoma o problema das formações de Estado no capitalismo; a questão para ele “é que o capital, devido a suas determinações estruturais mais íntimas, não pôde produzir o *Estado do sistema do capital em geral*” p. 89 – grifo no original), o que deve ser considerado pela crítica socialista. A solução estaria no caminho não adotado por Hegel, na igualdade enquanto medida pela capacidade do trabalhador e pela necessidade do consumo. Em outras palavras, na condenação desta ordem que transverte essa noção de igualdade, justificando a dominação em nome da “igualdade perante a lei”.

Podemos ver ainda na obra que tais movimentos políticos de negação da ordem pelo suporte à noção de igualdade só tiveram lastro na clandestinidade, o que é deveras limitador de seu espraiamento. “Sem igualdade perecem todas as liberdades, todos os direitos” – afirma por duas vezes Mészáros, em referência à fala de Simón Bolívar. Tomando por base a historicidade dos processos sociais, o autor aponta que uma sociedade estável e funcional dependeria da natureza das ações produtivas, além “da modalidade do processo geral de tomada de decisão política que complementa o processo sociometabólico” (p. 90). Para a primeira questão, o húngaro propõe fazer do “tempo disponível” “o princípio orientador da regulação da reprodução” (MÉSZÁROS, 2015, p. 97); para a segunda,

.....
² A ideia de capital em geral se assemelha à ideia de Mandel de uma capitalista total ideal. A este respeito, ver o capítulo 13 de *O capitalismo tardio*.

o princípio da distribuição do produto social total, pode ser regulado com relativa facilidade por uma *política geral*, possivelmente até mesmo sob a supervisão de uma autoridade separada instituída como temporária. Mas a maneira apropriada de distribuir a riqueza social “de acordo com as necessidades dos indivíduos [...] clama pelo reconhecimento totalmente equitativo da autoridade da tomada de decisão dos próprios indivíduos sociais sobre o assunto. (p. 97).

Ao nosso tempo, alerta o filósofo, precisamos voltar o esforço de investigação às tentativas corretivas do Estado capitalista. Esses corretivos, na fase construtiva do capital, limitaram-se a intervir em áreas bem demarcadas; na fase atual de capitalismo destrutivo, atendendo à necessidade de reprodução ampliada do capital, os interesses dos diferentes Estados nacionais podem colidir, chegando ao ponto da guerra mundial. Neste caso, com o advento da tecnologia nuclear, a escala requerida da guerra reverbera no perecimento da humanidade. A solução outrora aplicada pela ordem sociometabólica do capital perdeu sentido e significado. Conclui o autor – reafirmando a necessidade de o Estado fenecer – que as várias formações do Estado no capitalismo estiveram em favor de resolver o insolúvel dentro desta ordem, promovendo alguma forma de controle.

Por fim, Mészáros diz que nenhuma solução ideal pode ser percebida à urgência do tempo. A sustentabilidade histórica, clamada pelo socialismo, é um horizonte de busca tangível e realizável. Somente a apropriação racional e planejada do excedente produzido por cada indivíduo torna possível a escalada desta montanha.

O debate aqui descrito e presente na obra se apresenta indispensável. A particular leitura de Mészáros sobre a dimensão ilegal do Estado é um claro instrumento de luta intelectual contra o cinismo da atual ordem societária que precisa fenecer, deixando a humanidade dos homens e mulheres, na contramão da barbárie.

DOI: 10.12957/rep.2015.21078



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.